



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS /
GEOGRAFIA

KAIRANE MORAIS DA SILVA
MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS LIMA

**A NECESSIDADE DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO
DA UBS OTÁVIO LIMA DE ARRUDA NO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ – MA**

KAIRANE MORAIS DA SILVA
MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS LIMA

**A NECESSIDADE DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO
DA UBS OTÁVIO LIMA DE ARRUDA NO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ – MA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Interdisciplinar em Ciências
Humanas/Geografia, como requisito para a
obtenção do grau de Licenciada em
Ciências Humanas/ Geografia.

Orientador: Prof. Robinson Santos Pinheiro

Grajaú - MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lima, Maria da Conceição dos Santos.

A Necessidade de intérpretes de LIBRAS no espaço geográfico da UBS Otávio Lima de Arruda no Município de Grajaú -MA / Maria da Conceição dos Santos Lima, Kairane Morais da Silva. - 2026.

39 p.

Orientador(a): Robinson Santos Pinheiro.

Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú - Ma, 2026.

1. Libras. 2. Unidade Básica de Saúde. 3. Espaço Geográfico. I. Pinheiro, Robinson Santos. II. Silva, Kairane Morais da. III. Título

KAIRANE MORAIS DA SILVA
MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS LIMA

**A NECESSIDADE DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO
DA UBS OTÁVIO LIMA DE ARRUDA NO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ – MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/ Geografia.

Orientador: Prof. Robinson Santos Pinheiro

Aprovada em: 23/ 01 / 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Robinson Santos Pinheiro (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Luciano Rocha da Penha
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Esp. Renata Lima Ferreira
Universidade Federal do Maranhão

Dedicamos este Trabalho de Conclusão de Curso a Deus, que nos concedeu força, sabedoria e perseverança ao longo de toda esta caminhada. Às nossas famílias, pelo apoio incondicional, incentivo constante e compreensão nos momentos de ausência e dedicação aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Maria Da Conceição Dos Santos Lima

Agradeço primeiramente a Deus e minha Mãezinha, Maria, e ao meu intercessor Frei Alberto Beretta e São Francisco de Assis, por me conceder saúde e perseverança para concluir esta etapa. À Universidade Federal do Maranhão, pela oportunidade de aprendizado e crescimento acadêmico. Ao meu orientador Robinson Santos Pinheiro pela dedicação, paciência e contribuições fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Aos professores, que contribuíram para minha formação profissional. A minha família, pelo apoio constante, incentivo e compreensão nos momentos de dificuldades. Aos amigos e colegas, pelo companheirismo ao longo dessa trajetória.

Kairane Morais da Silva

Agradeço ao meu orientador, prof. Robinson Santos Pinheiro, pela orientação, paciência e valiosas sugestões que contribuíram para este trabalho.

Um agradecimento especial ao meu esposo, pelo apoio nos cuidados com nossos filhos na reta final do TCC, período em que minha dedicação integral ao meu projeto me impediu de conviver com eles na medida desejada.

Aos meus familiares, pelo apoio ao longo dessa jornada. Por fim, minhas amigas, grata pela amizade, motivação de que me ajudaram a persistir.

“A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. Permita-se ‘ouvir’ estas mãos, somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem ‘ouvir’ o silêncio da palavra escrita”.

(Quadros, 1997, p. 119).

RESUMO

O presente estudo tem como pesquisa qualitativa investigar A Necessidade de Intérpretes de LIBRAS na unidade básica de saúde (UBS) Otávio Lima de Arruda, que se encontra no bairro Extrema, em Grajaú, MA. Para isso, para além de estudos teóricos, foi realizado entrevistas com os pacientes surdos da UBS, com o Secretário de Saúde do município e a Diretora da UBS. Por fim, se constatou dificuldades no atendimento aos surdos devido à falta de profissionais qualificados, bem como a ausência, por parte dos agentes públicos municipais, de políticas voltadas para amenizar os impactos causados pela não presença de intérpretes de LIBRAS no sistema público de saúde.

Palavras-chave: LIBRAS; unidade básica de saúde; espaço geográfico.

ABSTRACT

This study aims, through qualitative research, to investigate the Need for LIBRAS Interpreters at the Otávio Lima de Arruda basic health unit (UBS), located in the Extrema neighborhood in Grajaú, MA. For this purpose, in addition to theoretical studies, interviews were conducted with deaf patients of the UBS, the Secretary of Health of the municipality, and the Director of the UBS. Finally, difficulties in serving deaf patients were observed due to the lack of qualified professionals, as well as the absence of municipal public policies aimed at mitigating the impacts caused by the absence of LIBRAS interpreters in the public health system.

Keywords: LIBRAS; basic health unit; geographic space

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2	LEI DA LÍNGUA BRASILEIRAS DE SINAIS	12
3	ESTUDO DE CASO: ações, desafios e realidade na Unidade Básica de Saúde Otávio Lima de Arruda	1616
3.1	Sobre a Unidade Básica de Saúde Otávio Lima de Arruda	16
4	A NECESSIDADE DA PRESENÇA DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NOS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS DAS UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ – MA	24
5	PARA NÃO CONCLUIR	30
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS PACIENTES (SURDOS)	33
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORA DA UNIDADE BASICA DE SAÚDE	35
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA O SECRETÁRIO	37
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO	39

1 INTRODUÇÃO

O espaço geográfico constitui o objeto central de estudo da Geografia e pode ser compreendido como o resultado das relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza ao longo do tempo. Não se trata apenas de um espaço físico ou natural, mas de uma construção social marcada pelas ações humanas, pelas técnicas e pelas dinâmicas históricas que nele se desenvolvem. Dessa forma, o espaço geográfico expressa as desigualdades, os usos e as transformações produzidas pela sociedade.

Nesse sentido, o espaço geográfico assume papel fundamental na garantia ou negação de direitos, uma vez que sua organização pode favorecer ou limitar o acesso da população aos bens e serviços essenciais. Assim, compreender o espaço geográfico permite analisar como as desigualdades sociais se materializam no território, tornando-se elemento indispensável para estudos que envolvem cidadania, inclusão social e políticas públicas.

Milton Santos entende o espaço geográfico como a união inseparável entre os objetos e as ações humanas (Santos, 2006). Os objetos são tudo aquilo que existe de forma material no espaço, como prédios, ruas, equipamentos e serviços. Já as ações correspondem às atividades realizadas pelas pessoas nesse espaço, como trabalhar, circular, produzir e utilizar os serviços disponíveis. Esses dois elementos não existem de forma isolada, pois os objetos influenciam as ações e, ao mesmo tempo, as ações transformam os objetos. Assim, o espaço geográfico é resultado das relações sociais e reflete como a sociedade se organiza, incluindo as desigualdades e as possibilidades de acesso aos direitos e serviços. Sobre isto, podemos observar que:

“O espaço geográfico é um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2006, p. 39).

Milton Santos e Henri Lefebvre explicam o espaço geográfico de forma próxima e complementar (Santos, 2006; Lefebvre, 2016). Para Santos, o espaço é formado pela união entre os objetos e as ações das pessoas que utilizam esses objetos no dia a dia. Além disso, destaca que o espaço geográfico reflete as desigualdades sociais, uma vez que sua organização favorece determinados grupos em detrimento de outros. O autor também enfatiza o papel da técnica e do tempo na produção do espaço, mostrando que as inovações tecnológicas e os processos históricos influenciam

diretamente a forma como o território é utilizado. Dessa maneira, o espaço passa a ser entendido como uma construção social marcada por conflitos, interesses e relações de poder, sendo fundamental para a análise da cidadania, do acesso aos serviços públicos e da inclusão social.

Já Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, reconhecido como um dos principais pensadores do século XX no estudo do espaço, da vida cotidiana e das relações sociais, afirma que o espaço é um produto social, isto é, ele é construído e organizado pela própria sociedade conforme seus interesses, necessidades e relações de poder. Conforme o sociólogo, o espaço não é neutro nem apenas físico, pois expressa decisões políticas, econômicas e sociais que determinam quem pode utilizá-lo plenamente (Lefebvre, 2016). Contudo, o espaço tende a beneficiar alguns grupos, enquanto outros acabam tendo seu acesso limitado ou negado.

O filósofo ainda destaca que o espaço influencia diretamente a vida das pessoas, pois interfere nos comportamentos, nas práticas sociais e nas formas de acesso aos serviços. Ao mesmo tempo em que é criado pelas ações humanas, o espaço também condiciona essas ações, orientando como as pessoas circulam, se comunicam e vivem no cotidiano. Assim, compreender o espaço como produto social ajuda a entender como as desigualdades sociais se manifestam no território e como o espaço pode promover inclusão ou reforçar processos de exclusão.

Em comum, os dois autores mostram que o espaço não é neutro nem apenas físico: ele reflete como a sociedade se organiza. Assim, quando o espaço não é planejado para todos, como ocorre na ausência de acessibilidade, ele acaba excluindo determinados grupos e dificultando o acesso aos direitos básicos de outros. De forma clara, as ideias de Milton Santos e Henri Lefebvre ajudam a entender por que a presença de intérpretes de LIBRAS é necessária nos serviços de saúde. Milton Santos explica que o espaço geográfico é formado pelos objetos, como o prédio da UBS e seus equipamentos, e pelas ações realizadas nesse espaço, como o atendimento prestado pelos profissionais. Quando essas ações não garantem uma comunicação acessível, o espaço deixa de atender a todos de forma igual.

Já Henri Lefebvre afirma que o espaço é um produto social, organizado de acordo com interesses e decisões da sociedade (Lefebvre, 2016). Assim, a ausência de intérpretes de LIBRAS mostra que esse espaço foi produzido sem considerar plenamente a população surda.

O presente trabalho é a exposição de uma pesquisa qualitativa que teve início no ano de 2019, em que a acadêmica Maria da Conceição dos Santos Lima resolveu desenvolver como critério de avaliação um trabalho em que se buscava verificar a necessidade de intérpretes de LIBRAS no atendimento público Municipal. Agora, como trabalho de conclusão de curso, a discente Kairane Morais da Silva, chegou para contribuir com o trabalho e, mais que rememorar o feito, buscou-se atualizar a questão, fazendo novas entrevistas e delimitando o recorte espacial. Assim, desta vez, o público-alvo é relacionado ao serviço público de saúde, onde iremos buscar informações sobre o tema em questão.

O objetivo Geral se trata de analisar a necessidade da presença de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Unidade Básica de Saúde Otávio Lima de Arruda, localizada no bairro Extrema, no município de Grajaú-MA, visando à promoção da acessibilidade e da qualidade do atendimento às pessoas surdas. Que desempenha papel estratégico para os bairros atendidos, incluindo Frei Alberto Bereta, Parque Grajaú, Vila Boa Esperança, Extrema e Ronierd Barros. Busca-se verificar se os pacientes surdos enfrentam dificuldades na hora do atendimento. O interesse foi de perscrutar os obstáculos da ausência do profissional de LIBRAS na UBS estudada. Para conseguir verificar o cenário pretendido, primeiramente, buscamos compreender o estudo da arte. Assim, mergulhamos na diversidade teórica do/as autores/as sobre o tema na biblioteca da UFMA, no site do Google Acadêmico, no banco e teses da Capes e no repositório Scielo. Posteriormente, foi elaborado questionários a serem aplicados pelos pacientes surdos da UBS, a diretora da UBS em estudo e o secretário municipal de saúde.

Neste momento, cabe destacar que para se conseguir marcar as entrevistas com os pacientes surdos, iniciamos a busca pelo bairro Extrema; o qual é atendido pela UBS em estudo. Conseguimos o contato pessoal de uma amiga que tem amizade com um casal surdo. Assim, pedimos que ela conversasse com eles para saber se podiam nos receber. A intermediação, por meio do uso de LIBRAS, foi feita pela filha do casal e marcamos um horário que estaria em casa para nos ajudar com o questionário.

O encontro foi desmarcado algumas vezes gerando receio de que desistissem e não concluíssemos essa etapa da pesquisa. No dia 16/10/2025, às 09:30 horas, fomos à casa do casal. Eles têm duas filhas, de nove e seis anos, não surdas, mas fluentes em LIBRAS, com as quais se comunicam perfeitamente. Conversamos com

a criança que repassou as mensagens para os pais. O casal concluiu o Ensino Médio e escreve de forma legível.

O homem do casal ensina LIBRAS a outros surdos, pois alguns enfrentam mais dificuldades e nem todos são alfabetizados. Ele mencionou um aplicativo ICOM para que pudessemos utilizar para se comunicar. Assim, nos orienta que este aplicativo poderia ajudar na acessibilidade durante a busca por atendimento nas Unidades de Saúde. Porém, o mesmo salienta que, por vezes, ele menciona do aplicativo para o agente de saúde ou médico e os mesmos se recusam a utilizar. O terceiro entrevistado foi um amigo surdo do casal que no momento da entrevista estava a visitar os cônjuges e mora na mesma rua. Fizemos o pedido através da intermediadora para que ele respondesse o nosso questionário.

A entrevista com a direção da UBS, por sua vez, se fez rápida e a profissional foi pragmática e mais explícita, respondendo as perguntas com domínio de anos de profissão. Contudo, com o secretário municipal de saúde e vice-prefeito Luís Fernando Mourão, ao chegar na Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), procuramos o mesmo no seu gabinete por várias vezes, com persistência conseguimos um horário e fizemos algumas perguntas a respeito da UBS Otávio Lima de Arruda e entregamos o questionário para o mesmo, e pediu que buscássemos no dia seguinte com sua secretária.

Diante das entrevistas supracitadas, entende-se que os atendimentos a pacientes surdos em UBS enfrentam barreiras significativa de comunicação, destacando a necessidades urgente de profissionais capacitados em LIBRAS. Experiências reais mostram que famílias como filhos ou amigos frequentemente atuam como intérpretes improvisados, o que compromete a precisão do atendimento médico e viola autonomia dos pacientes.

2 LEI DA LÍNGUA BRASILEIRAS DE SINAIS

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida por Lei no Brasil como forma oficial de comunicação para pessoas surdas. Isso vem da Lei n 10.436/2002, detalhada no Decreto n 5.626/2005 (Brasil, 2002; Brasil, 2005). Essas Leis na proteção dos direitos Linguístico dos surdos, exigindo LIBRAS em serviço público como âmbito educacional e sistema de saúde. No entanto, na prática, o acesso ainda é difícil, falta profissionais qualificados em LIBRAS para atuar nas áreas de acesso que se relaciona á vitalidade das pessoas seja ela física ou psicológica, o que impede a inclusão total das pessoas surdas.

Esse reconhecimento legal dialoga diretamente com as contribuições de Ronice Müller de Quadros (Quadros, 1997), linguista brasileira, professora e pesquisadora reconhecida nacionalmente e internacionalmente na área de Língua

Brasileira de Sinais (LIBRAS) e educação de pessoas surdas. A mesma defende a LIBRAS como uma língua natural, dotada de estrutura gramatical própria e fundamental para a construção da identidade, da autonomia e da cidadania da pessoa surda. Para a autora, a efetivação desse direito linguístico depende da presença de profissionais capacitados, como intérpretes de LIBRAS, e de políticas públicas que assegurem a acessibilidade comunicacional. Assim, a legislação brasileira e os estudos de Quadros convergem ao afirmar que o reconhecimento da LIBRAS deve ultrapassar o campo legal e se materializar em práticas inclusivas nos serviços públicos, incluindo a área da saúde.

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua natural das comunidades surdas, constituída historicamente e dotada de estrutura gramatical própria. O reconhecimento da LIBRAS implica assegurar às pessoas surdas o direito à comunicação, à educação e ao acesso aos serviços públicos, respeitando sua identidade linguística e cultural. A ausência de profissionais qualificados, como intérpretes de língua de sinais, compromete o exercício da cidadania e impede que esses sujeitos participem plenamente da vida social. (Quadros, 2004, p. 35).

Fica evidente que a LIBRAS é uma língua completa, com regras próprias, e não apenas um apoio à comunicação. Reconhecer a LIBRAS significa garantir direitos básicos às pessoas surdas, como se comunicar, estudar e acessar serviços públicos com autonomia e respeito à sua identidade. Obtendo o uso dessa língua, não há comunicação efetiva, quando um serviço público, como uma Unidade Básica de Saúde,

não dispõe de intérprete de LIBRAS, a pessoa surda até consegue chegar ao local, mas não consegue se comunicar adequadamente, o que compromete o atendimento.

A Comunicação é essencial para as pessoas, pois ajuda a criar relações sociais, expressar sentimento e garantir direitos. Na saúde, ela é fundamental para entender sintomas, diagnósticos e tratamento. Quando não é claro e simples, a comunicação prejudica o cuidado e afasta as pessoas dos serviços de saúde, comprometendo atenção completa. Para as pessoas surdas, a comunicação é ainda mais essencial, já que a LIBRAS é a sua principal forma de se expressar e se conectar com os outros. Sem Intérprete de LIBRAS nos serviços de Saúde, surgem inseguranças, erros nos atendimentos e perda de autonomia do paciente.

Isso também prejudica a ética como o sigilo profissional, ao usar familiares como tradutores. Por isso, a LIBRAS é a chave para garantir a equidade, inclusão e respeito a língua da comunicação surda.

No Brasil, há muitos estudos sobre a comunicação entre profissionais de saúde e pacientes surdos. Esses trabalhos mostram que ainda existem dificuldades na comunicação e que muitos profissionais não estão preparados para atender essa população, mesmo com leis que garantem esse direito (Karsten; Vianna; Silva, 2017; Santos *et al.*, 2025) para complementar:

Os currículos dos cursos da área da saúde permanecem desatualizados, sem contemplar adequadamente Libras e inclusão. Como consequência, os pacientes enfrentam medo e frustração diante de um sistema que não se comunica com eles. Portanto, além da formação em Libras, o uso de tecnologias assistivas e práticas humanizadas, sinalizando uma evolução necessária no modelo de atenção à saúde. (Monteiro; Vilela; Glória Filho; Franchi, 2025).

No Brasil, vale ressaltar que a LIBRAS é legitimamente reconhecida como meio de comunicação e expressão dos surdos, defendida pela Lei 10.436/2002, legalizada no decreto de nº 5.626/2005 que ampliou normas para formação de intérpretes e inclusão em atendimentos públicos abrangendo o Sistema Único de Saúde (SUS) o qual deveria estar habilitado para atender a pessoa com deficiência auditiva de acordo como decreto dito acima.

Já no artigo “Comunicação do surdo com profissionais de saúde na busca da integralidade” de Karsten, Vianna e Silva (2017), remete-se a área da saúde coletiva, destaca que a falta de comunicação entre profissionais de saúde e pessoas surdas dificulta o acesso aos serviços e compromete o cuidado integral, reforçando importância

da LIBRAS e da capacitação profissional. As autoras afirmam que usar a LIBRAS e capacitar os profissionais de saúde é fundamental para garantir um atendimento adequado as pessoas surdas.

Segundo a reportagem publicada no portal França (2025) relata a vivência de uma mulher surda, residente em Alagoas, que enfrentou sérias limitações de comunicação durante os partos anteriores, devido à ausência de recursos acessíveis nos serviços de saúde. Nessas ocasiões, a falta de entendimento sobre os procedimentos realizados gerou sentimento de insegurança, medo e exclusão e só no terceiro parto houve inclusão no atendimento prestado à gestante surda, uma vez que foram adotadas medidas que garantiram a acessibilidade comunicacional durante todo o processo do parto.

Na minha primeira gestação, eu falava com as médicas, tentava entender o que estava acontecendo, mas ninguém lembrava de mim. Na minha segunda gestação, com minha sogra ao meu lado, foi exatamente a mesma coisa. Eu me sentia angustiada, perdida, sem saber o que estava acontecendo com meu próprio corpo e com meu bebê. Era como se eu não estivesse ali. Apesar de ser a mãe, a protagonista daquele momento, eu era ignorada simplesmente por ser surda. Foi muito difícil passar por dois partos sem acompanhamento adequado, sem alguém que pudesse me ajudar a entender cada passo daquele processo tão importante [...] (França, 2025).

A fala acima explicita, de forma muito clara e impactante, a experiência de exclusão vivida por uma mulher surda no atendimento em saúde, especialmente em um momento extremamente sensível como a gestação. O relato evidencia que, mesmo estando fisicamente presente, a falta de comunicação acessível faz com que a paciente seja invisibilizada no processo de cuidado, como se não tivesse voz nem autonomia sobre o próprio corpo gerando sentimentos de angústia, insegurança e perda de protagonismo, violando princípios básicos do atendimento humanizado. A mulher, que deveria ser a principal sujeito do cuidado, é colocada em posição secundária, dependendo de terceiros e sem acesso direto às informações sobre sua saúde e a do bebê.

A Lei Nº 13.146, promulgada no dia 6 de julho, no ano de 2015, instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tendo por objetivo defender as condições de igualdade, seus direitos legais a fim de exercer suas liberdades com intuito de realizar suas atividades sociais como meio de inclusão.

Porém o artigo intitulado “Desafios enfrentados para o atendimento de pacientes surdos: Um estudo com docentes de Medicina”, de Santos *et al.* (2025), que

pertence à área da Medicina e da Educação Médica, mostra que a formação médica não prepara adequadamente os futuros médicos para atender pacientes surdos, principalmente pela falta de ensino de LIBRAS, o que prejudica a qualidade no atendimento.

Contudo Abreu (2021) afirma que, apesar das leis avançarem, ainda falta profissionais preparados e as políticas públicas são fracas. Isso atrapalha o atendimento completo para surdos, e o mesmo acontece em outros serviços públicos. No atendimento em hospitais, postos de saúde e nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) não há uma lei federal específica que diz que é obrigatoriedade do uso da LIBRAS. O que existe são a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, Lei 13.146/2015 que garantem o direito à comunicação e, direito a inclusão da pessoa com deficiência ao atendimento adequado.

Diante disso, no município de Grajaú, MA, com total de 73.872 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) ainda não se estabelece nenhuma política pública voltada ao atendimento da população surda no âmbito da saúde. Em Grajaú, conta – se com 19 UBS, sendo 11 rural e 08 urbanas. Fizemos um levantamento de quantos pacientes surdos frequentam as UBS da zona urbana e o total foi de 16 pacientes surdos.

3 ESTUDO DE CASO: ações, desafios e realidade na Unidade Básica de Saúde Otávio Lima de Arruda

O presente capítulo apresenta um estudo de caso da Unidade Básica de Saúde Otávio Lima de Arruda, destacando sua importância no atendimento primário à saúde e no cuidado integral da população, funcionando como união entre a comunidade e o SUS. Ao analisar sua rotina, estrutura e dinâmica de trabalho, busca-se compreender como os princípios e políticas públicas de saúde se concretizam na prática.

O estudo examina as ações da UBS, identificando estratégias de promoção, prevenção e recuperação da saúde, bem como desafios estruturais, humanos e organizacionais que afetam o funcionamento diário. Além disso, reflete sobre o papel da gestão, do trabalho em equipe e da participação social na construção de uma atenção básica mais eficaz e humanizada, oferecendo subsídios para aprimorar práticas em saúde e inspirar outras experiências no campo da atenção primária.

3.1 Sobre a Unidade Básica de Saúde Otávio Lima de Arruda

A Unidade Básica de Saúde Otávio Lima Arruda (ver figura 1) foi construída no ano de 2010, sob administração municipal do prefeito Mercial Lima de Arruda. Ressalta-se que o município de Grajaú – MA conta com 19 Unidades Básicas de Saúde, sendo 11 na zona rural e 8 na zona urbana

Apresentamos a UBS Otávio Lima Arruda como parte da rede de atenção básica de Grajaú–MA, destacando seu ano de construção e o contexto administrativo. A informação sobre a existência de 19 UBS no município, distribuídas entre zona rural e urbana, demonstrando a abrangência do sistema de saúde local. Esse dado reforça a importância de avaliar se essas unidades, especialmente as da zona urbana, estão preparadas para atender toda a população, incluindo pessoas surdas. Assim, a UBS Otávio Lima Arruda torna-se um espaço relevante para analisar as condições de acessibilidade e comunicação nos serviços de saúde do município.

Figura 1 – Fachada da Unidade Básica de Saúde Otávio Lima de Arruda

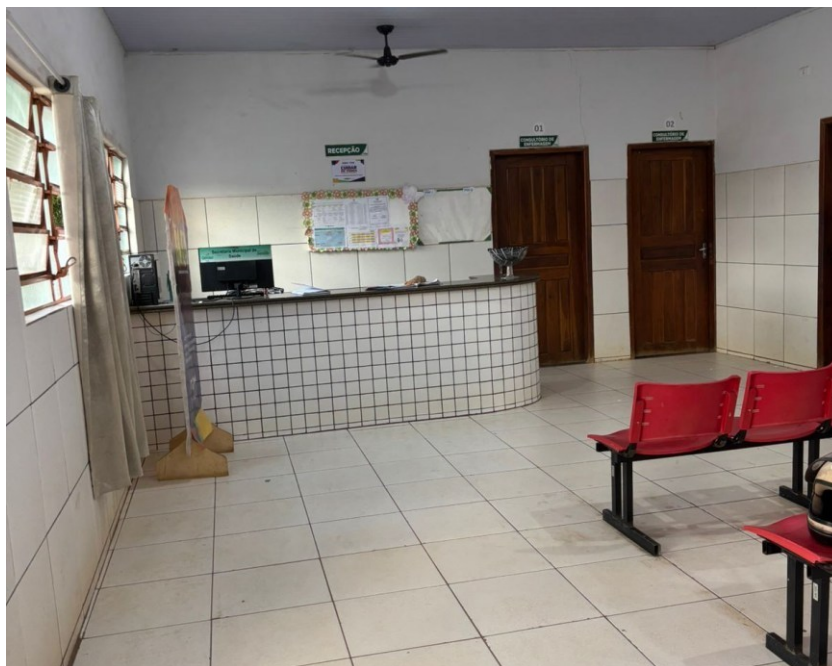


Fonte: Autoras deste trabalho (2025)

O objetivo deste objeto como menciona Santos, ou seja, desta UBS, deu-se em razão da concentração populacional significativa e necessidade de serviços básicos de saúde para os bairros que ela atende (Frei Alberto Bereta, Parque Grajaú, Vila Boa Esperança, Extrema e Ronierd Barros), com os serviços básicos de saúde, como ações de prevenção (Janeiro Branco, Outubro Rosa, Setembro Amarelo, etc.), promoção, tratamento e reabilitação, serviços de vacinação, pré-natal, acompanhamento de doenças crônicas (diabetes, hipertensão), atendimento médico, odontológico, com nutricionista, entre outros.

A UBS Otávio Lima de Arruda, localizada em Grajaú – MA, na Rua São João Batista, 175 - Bairro Extrema (65940-000), contém 23 servidores, contando com mais 11 Agentes de Saúde, totalizando 34 funcionários. Deste total, são: 1 educador físico, que atende dia sim e dia não, das 14h às 17h, fornecendo atividades físicas para os idosos e público geral; 2 Auxiliar Operacional de Serviço (A.O.S.D); 2 enfermeiros; 5 técnicos de enfermagem; 3 recepcionistas (ver figura 2); 2 cirurgiãs dentistas; 2 Auxiliar de Saúde Bucal (ASB); 2 médicos; 1 nutricionista; 1 gerente da UBS; e 11 Agentes Comunitários de Saúde. Além disso, a Unidade também conta com 2 vigilantes noturnos de domingo a domingo, que apenas trocam de plantão.

Figura 2 – Recepção da UBS Otávio Lima de Arruda



Fonte: Autoras deste trabalho (2025)

A UBS conta com uma equipe estruturada: as A.O.S.D. trabalham 40 horas semanais na limpeza, enquanto enfermeiros atendem consultas diárias com horários específicos para demanda livre, gestantes e preventivos. Já os cinco técnicos de enfermagem, dividem-se entre procedimentos, triagem (ver imagem 3 abaixo) e sala de vacinação. Os atendimentos diários incluem retiradas de pontos, administração de medicamentos, curativos, aferição de sinais vitais e testes de glicemia, além da aplicação de todas as vacinas, incluindo COVID-19 e influenza. A unidade também dispõe de duas recepcionistas para atendimento e esclarecimento de dúvidas da população

Figura 3 – Sala de triagem da UBS Otávio Lima de Arruda



Fonte: Autoras deste trabalho (2025)

Os profissionais de cirurgia odontológica (ver consultório odontológico na (figuras 4) são dois, sendo que as marcações são realizadas por ordem de chegada todos os dias, às 8h da manhã. Sendo que são 7 vagas e 1 urgência, no total de 8 vagas pela manhã e 8 vagas pela tarde. Nas quartas-feiras, o atendimento é somente para as gestantes. E quanto às Auxiliares de Saúde Bucal (ASB), também são duas, que preparam o ambiente para o atendimento da cirurgiã dentista durante os procedimentos, realizam limpeza e desinfecção de matérias e equipamentos, controlando os estoques de materiais, entre outros.

Relacionando com a teoria de Milton Santos, o atendimento odontológico da UBS pode ser compreendido como parte do espaço geográfico enquanto resultado da articulação entre objetos e ações. Os objetos correspondem à estrutura física do consultório, aos equipamentos odontológicos e aos materiais utilizados, enquanto as ações se referem à forma como o serviço é organizado, como o agendamento por ordem de chegada, a definição de vagas e a priorização de determinados grupos.

Nesse sentido, a maneira como o atendimento é estruturado revela que o espaço da UBS não é neutro, mas produzido para atender a determinados fluxos e práticas sociais. Quando não são consideradas as necessidades específicas de alguns usuários, como as pessoas surdas, esse espaço pode acabar limitando o acesso ao

serviço, mesmo estando fisicamente disponível. Assim, à luz de Milton Santos, a UBS se configura como um espaço onde a organização das ações pode favorecer ou dificultar o uso pleno dos serviços de saúde por todos os grupos sociais.

Figura 4 – Sala de saúde bucal (odontologia) da UBS Otávio Lima de Arruda



Fonte: Autoras deste trabalho (2025)

A UBS conta com dois médicos que organizam seus atendimentos em horários específicos: às segundas e quintas há demanda livre, com 30 fichas distribuídas igualmente entre manhã e tarde, permitindo acesso direto à população. Nas terças-feiras, o atendimento é voltado prioritariamente para gestantes e para a saúde do homem, com 10 fichas para cada grupo, garantindo foco em populações que necessitam de acompanhamento contínuo e preventivo.

A nutricionista atua nas quartas e quintas-feiras, realizando atendimentos direcionados às gestantes pela manhã, com foco em acompanhamento nutricional pré-natal, e atendimentos de demanda livre em ambos os turnos da quinta-feira. Desta maneira, busca-se garantir orientação alimentar e acompanhamento de pacientes com diferentes necessidades. A diretora da UBS acompanha diariamente todas as atividades da unidade, das 08h às 17h, coordenando a equipe e garantindo a organização dos serviços. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenham

papel estratégico na atenção primária, realizando busca ativa de pacientes, acompanhamento domiciliar de pessoas com dificuldades de locomoção.

Além do atendimento diário, a UBS desenvolve campanhas anuais de prevenção e promoção da saúde, seguindo o calendário nacional de conscientização. Entre elas estão: “Janeiro Branco” (saúde mental), “Fevereiro Roxo” (lúpus e fibromialgia), “Março Lilás” (câncer de colo de útero), “Abril Azul” (autismo), “Maio Amarelo” (segurança no trânsito), “Junho Vermelho” (doação de sangue), “Julho Amarelo” (hepatites virais), “Agosto Dourado” (aleitamento materno), “Setembro Amarelo” (prevenção ao suicídio), “Outubro Rosa” (câncer de mama), “Novembro Azul” (câncer de próstata) e “Dezembro Vermelho” (prevenção da AIDS). Essas campanhas proporcionam à população informações relevantes e estimulam práticas preventivas, promovendo a conscientização sobre saúde física e mental.

As ações de conscientização e prevenção são fundamentais para a promoção da saúde comunitária, permitindo que os usuários da UBS participem ativamente do cuidado com o seu próprio bem-estar. A campanha “Janeiro Branco” (ver imagem 5 a seguir), por exemplo, reforça a importância de tratar a saúde mental com a mesma prioridade da saúde física, incentivando a reflexão sobre hábitos, emoções e qualidade de vida. Por meio dessas atividades, a UBS não só oferece atendimento clínico, mas também se consolida como um espaço de educação, orientação e integração social, fortalecendo o vínculo com a comunidade e contribuindo para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no município.

Figura 5 – Campanha de prevenção “Janeiro Branco^a desenvolvida na UBS



Fonte: Autoras deste trabalho (2025)

Estas campanhas, como a do “Janeiro Branco”, que são realizadas na UBS Otávio Lima de Arruda buscam desconstruir o estigma secular que cerca os temas psicológicos, promovendo a ideia de que cuidar da mente, buscar autoconhecimento e praticar a empatia não são sinais de fraqueza, mas fundamentos para uma existência mais plena e resiliente, essenciais para a construção de um futuro coletivo e verdadeiramente saudável. Tais ações ampliam o debate sobre saúde mental no âmbito da atenção básica, fortalecendo a prevenção, a promoção do bem-estar e o vínculo entre a equipe de saúde e a comunidade. Quando desenvolvidas de forma inclusiva, essas campanhas contribuem para que diferentes grupos sociais, incluindo pessoas com deficiência, tenham acesso à informação e ao cuidado, reforçando o papel da UBS como espaço de acolhimento, escuta e promoção da saúde integral. A lei que fundamenta ações de saúde mental no SUS — incluindo campanhas como o Janeiro Branco na Atenção Básica — é: Lei nº 10.216/2001, Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra. [...] É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais. (Brasil, 2001, art. 1º e art. 2º)

Embora as campanhas de saúde mental, como o Janeiro Branco, tenham como objetivo informar e conscientizar a população, as pessoas surdas nem sempre têm acesso às mesmas informações. Isso ocorre porque, na maioria das vezes, as ações educativas são realizadas de forma oralizada, com uso predominante da língua portuguesa falada, sem a presença de intérpretes de LIBRAS ou materiais acessíveis em língua de sinais. mesmo estando fisicamente presentes no espaço da UBS, os usuários surdos podem ser excluídos do processo informativo, o que configura uma desigualdade no acesso à informação e à promoção da saúde. Essa realidade contraria os princípios da equidade do SUS e o que está previsto na legislação brasileira, que garante o direito à comunicação acessível. Assim, questionar se os surdos recebem as mesmas informações é essencial para evidenciar que o acesso à

saúde não se limita à oferta do serviço, mas também à forma como a informação é transmitida.

4 A NECESSIDADE DA PRESENÇA DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NOS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS DAS UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ – MA

Conforme, Milton Santos destaca que o espaço geográfico é resultado das práticas sociais e, ao mesmo tempo, influencia a forma como essas práticas ocorrem. Aplicando essa ideia às Unidades Básicas de Saúde, percebe-se que a ausência de intérpretes de LIBRAS interfere diretamente na relação entre profissionais de saúde e usuários surdos, limitando a comunicação, o acolhimento e a efetividade do atendimento. Assim, o espaço da UBS, quando não acessível, passa a funcionar de maneira desigual, favorecendo alguns grupos em detrimento de outros. Nesse contexto, a falta de acessibilidade comunicacional transforma a UBS em um espaço parcialmente excludente, no qual a população surda enfrenta dificuldades para compreender orientações, relatar sintomas e participar das ações educativas em saúde. Isso evidencia que o problema não está apenas na ausência de profissionais intérpretes, mas na forma como o espaço é organizado e utilizado. Conforme a perspectiva de Milton Santos, um espaço que não considera as necessidades de todos os sujeitos reforça desigualdades sociais já existentes.

Para Henri Lefebvre, o espaço não é apenas um local físico, mas algo que é criado pela sociedade a partir de suas escolhas e práticas. As Unidades Básicas de Saúde, portanto, são espaços organizados conforme a maneira como o poder público pensa o atendimento à população. Quando não há intérpretes de LIBRAS, fica evidente que a população surda não foi considerada de forma adequada nesse processo. Isso faz com que o espaço da UBS funcione melhor para pessoas ouvintes, enquanto os surdos enfrentam dificuldades para se comunicar, compreender orientações e participar do atendimento. Dessa forma, o espaço acaba reforçando desigualdades, pois não oferece as mesmas condições de acesso para todos os usuários.

Assim, garantir a presença de intérpretes de LIBRAS nas UBS significa transformar esse espaço em um ambiente mais justo e inclusivo. Ao possibilitar a comunicação, a unidade passa a atender melhor toda a população, cumprindo sua função social e assegurando o direito à saúde também às pessoas surdas.

Portanto, a presença de intérpretes de LIBRAS nas Unidades Básicas de Saúde do município de Grajaú–MA é fundamental para que esses espaços cumpram sua função social. Ao garantir a comunicação acessível, a UBS passa a ser um espaço verdadeiramente inclusivo, onde os sistemas de objetos (estrutura física, serviços, equipamentos) e os sistemas de ações (atendimentos, campanhas, orientações) atuam de forma integrada, assegurando o direito à saúde e à cidadania da população surda.

A amostra utilizada na pesquisa é composta por cinco participantes, representando diferentes perspectivas dentro do contexto das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Grajaú – MA. Três deles são pacientes surdos, enquanto dois pertencem à gestão do sistema de saúde municipal (diretora da UBS Otávio Lima de Arruda e o Secretário da Saúde do município), o que possibilita uma análise comparativa entre a visão dos usuários e dos responsáveis pela oferta do serviço.

Observa-se que os dois pacientes surdos (Pessoas 01 e 02), que compõem um casal, já o 3º paciente é amigo do casal, que apresentam um perfil de diversidade moderada em termos de idade e de escolaridade. Dois deles têm mais de 35 anos e um se encontra na faixa de 18 anos. No que diz respeito à escolaridade, há predominância do Ensino Médio completo, o que demonstra um nível básico de instrução, suficiente para compreender parte das orientações médicas, mas que ainda reforça a necessidade de comunicação visual e acessível por meio da LIBRAS.

Quanto ao perfil profissional, os surdos participantes não possuem inserção estável no mercado de trabalho, com menções a “do lar” e “sem profissão”, refletindo a vulnerabilidade socioeconômica frequentemente associada à falta de acessibilidade comunicacional e oportunidades educacionais. Essa condição pode afetar diretamente a autonomia desses indivíduos no uso dos serviços públicos de saúde.

Já os dois gestores (Pessoas 04 e 05) possuem Ensino Superior completo, sendo o secretário formado em enfermagem e atuando como Secretário Municipal de Saúde, e a diretora da UBS com formação em administração. Ambos representam o nível decisório e operacional da gestão, o que confere à amostra um equilíbrio entre a percepção de quem utiliza e de quem administra o serviço.

As 5 pessoas entrevistadas responderam 5 perguntas abertas (ver as questões em anexo). As perguntas e as respostas iremos apresentar individualmente, porém, se buscará separar as respostas dos 3 usuários entrevistados dos 2

representantes do poder público municipal. Por fim, após apresentar as respostas, tecer-se-á uma análise das respostas dos entrevistados.

A 1ª questão para os entrevistados foi se na UBS que você frequenta, tem profissional de intérpretes de LIBRAS? A resposta foi um unânime “Não!”.

A unanimidade das respostas indica a inexistência de intérpretes de LIBRAS na UBS revela que o serviço foi organizado sem considerar as necessidades comunicacionais da população surda. De acordo com a perspectiva de Milton Santos, o espaço é resultado das escolhas sociais que orientam seu funcionamento. Quando essas escolhas desconsideram determinados grupos, o espaço passa a operar de forma seletiva, atendendo melhor a uns do que a outros.

Nesse contexto, a UBS deixa de cumprir plenamente sua função social, pois a ausência de ações inclusivas limita o acesso dos usuários surdos ao atendimento. Assim, o espaço de saúde, ao não incorporar a acessibilidade comunicacional, acaba expressando e reforçando desigualdades, contrariando o princípio de que os serviços públicos devem garantir direitos de maneira equitativa.

A 2ª pergunta amarra-se com a primeira, pois quer saber das dificuldades encontradas quando busca atendimento no posto Otávio Lima de Arruda; como apresentado na 3ª questão do questionário: Você sente ou já sentiu alguma dificuldade no atendimento ao chegar na UBS? Se sim, qual? As respostas dos usuários foram que: sim, sente dificuldades e que é exatamente a falta de profissionais especializados em LIBRAS, e um dos entrevistados mencionou sobre um aplicativo (ICOM) que poderiam facilitar o diálogo durante a busca por atendimento.

Conforme os relatos obtidos na UBS Otávio Lima de Arruda, a carência de profissionais que dominem a LIBRAS reflete a exclusão discutida por Ronice Müller de Quadros. Para a autora, a garantia de acessibilidade comunicativa é um direito fundamental, e a ausência de intérpretes ou mediadores capacitados impede que o surdo exerça sua cidadania plena. Assim, a sugestão dos usuários pelo uso de tecnologias assistivas, como o aplicativo ICOM, reforça a necessidade apontada por Quadros de criar estratégias eficazes para eliminar as barreiras linguísticas no atendimento público.

No que diz respeito aos obstáculos enfrentados no acesso aos serviços da UBS Otávio Lima de Arruda, os usuários relataram a existência de barreiras comunicacionais significativas. Conforme os dados coletados, a principal dificuldade

reside na escassez de profissionais capacitados em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o que compromete a eficácia do atendimento. Nesse contexto, os entrevistados sugeriram a adoção de soluções tecnológicas, como o aplicativo ICOM, como uma alternativa viável para viabilizar o diálogo e garantir a acessibilidade durante a busca por assistência à saúde.

Já a 4ª pergunta se preocupa em compreender como é o atendimento ao chegar na recepção do postinho de saúde, a resposta dos três entrevistados foi a mesma, que buscam levar um familiar para traduzir o diálogo entre paciente surdo e a recepção.

Por muitas décadas, a exclusão de pessoas com surdez existiu com muita frequência tendo seus direitos violados, discriminados e não respeitados, Esse cenário de discriminação começou a ser legalmente transformado com a promulgação da Lei Nº 13.146/2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta legislação fundamental estabelece mecanismos para assegurar a igualdade de condições e o exercício das liberdades individuais, consolidando a inclusão social e a cidadania plena desse grupo. Para executarem suas habilidades e funções no meio social, levando em consideração a magnitude da língua de sinais conforme é pontuado por Quadros (1997, p. 41):

É preciso lembrar que a primeira língua dos surdos é a língua de sinais, é por meio dela que há o primeiro contato do surdo com o ouvinte e sociedade em geral. O intérprete de libras é considerado a ligação mais importante para a comunicação [...] pois ele é o agente facilitador da transmissão da língua portuguesa para língua de sinais e vice-versa [...].

Quando na 5ª pergunta do que poderia ser feito para melhorar o atendimento de pacientes surdos nas UBS – na quarta questão, argumentaram que o profissional de LIBRAS poderia facilitar o diálogo, principalmente para eles que se comunicam por meio da LIBRAS.

Diante deste cenário, se perguntou a 6ª questão: “Você acredita que se o município ofertasse cursos de libras para os profissionais de saúde (enfermeiros, médicos, recepcionistas etc.) isso melhoraria a comunicação no atendimento dos pacientes surdos? Justifique”. Todos os entrevistados marcaram “Sim” e justificaram com respostas semelhantes; direcionando o pensar para justificar que o atendimento poderia ser mais eficiente e, junto a isto, não precisariam ir acompanhados.

Em diálogo com a questão anterior, foi questionado a 7ª pergunta, sobre a importância da promoção de profissionais de intérpretes de libras capacitados para atuarem nas unidades básicas de saúde. Todos os entrevistados responderam coincidente com um “Sim”. Porém, cabe destacar que os mesmos não quiseram justificar a resposta.

Após apresentar o resultado das entrevistas com os pacientes surdos que buscam atendimento na UBS Otavio Lima De Arruda cabe apresentar a entrevista que buscamos realizar juntamente com o Secretário da Saúde, o Vice-Prefeito da Cidade, Luís Fernando Barros Mourão. Acreditamos que devido ao grande número de trabalho, o secretário respondeu as questões indagadas de forma pouco eloquente, não justificando as suas respostas em algumas questões.

Dito isto, em relação a 1ª pergunta: “Atualmente, as Unidades Básicas de Saúde do município de Grajaú – MA contam com intérpretes de Libras disponíveis para atendimento à população surda?”. O Secretário argumenta que não. Em seguida, na 2ª questão, foi perguntado se a prefeitura tem planos para realizar a contratação de intérpretes de libras para atendimento da população surda nas UBS, também diz que não há planejamento envolvendo este tema.

Com a 3ª pergunta, conseguimos visualizar que a prefeitura não vê o atendimento para surdos como um problema na Secretaria Municipal de Saúde. Vimos isto quando perguntamos se: “A ausência de intérpretes de libras nas UBS já foi identificada como um problema pela Secretaria Municipal de Saúde? Justifique”, a resposta foi não, porém, o estimado secretário não justificou sua resposta, não permitindo a nós melhor compreendermos a visão da Secretária da Saúde.

Com a 4ª questão, foi possível melhor compreender o “pensar” da Secretaria de Saúde, pois o foi perguntado:” Há registro de dificuldades de comunicação entre profissionais de saúde e pacientes surdos nas UBS de Grajaú – MA? Justifique”. Segundo ele, não há registros de dificuldades de comunicação, assim, não sendo um “problema” para a gestão pública.

Contudo, por fim, uma contradição se instala, pois mesmo assumindo que não há demanda por profissionais de LIBRAS e que não se registra dificuldades de comunicação com pacientes surdos, quando indagado se:” O senhor considera que a presença de intérpretes de Libras nas UBS melhoraria o acesso e a qualidade do atendimento à população surda? Justifique”. O Secretário responde que sim, porém,

não justifica a sua resposta para permitir melhor compreensão do pensamento do gestor público.

Em relação a entrevista com a direção da UBS em estudo, a 1ª questão: “A direção Unidade Básica de Saúde que você atua já recebeu atendimento a paciente surdos que utilizam Libras como principal forma de comunicação”? Ela respondeu diretamente somente com um “Sim!”.

Já na 2ª questão: “Atualmente sua UBS conta com intérprete de libras para atender usuários surdos?” A mesma respondeu que não, porém não detalhou sobre o assunto. Sobre isso, na 3ª pergunta: “A ausência de intérpretes de Libras já gerou dificuldades no atendimento a pacientes surdos nesta UBS? Se sim, Quais?” Ela respondeu que sim, e justificou que a capacidade de atendimento a estes pacientes, causa problemas para acessibilidade no atendimento deles.

Na 4ª questão, foi questionado se “Existe alguma política ou ação formal na sua UBS para garantir acessibilidade linguística á população surda? Se sim, qual?” Ela respondeu somente com um não, e não esclareceu sobre garantir acessibilidade linguística a população.

Já na 5ª questão, foi instigada se “Na sua opinião, a presença fixa de um intérprete de Libras nesta UBS facilitaria o acesso da população surda aos serviços saúde? Justifique”. A mesma respondeu que sim, e justificou que teríamos mais acessibilidade no atendimento dos pacientes surdos.

5 PARA NÃO CONCLUIR...

A partir da análise das entrevistas, abstraímos que os pacientes surdos têm a necessidade de Intérpretes de LIBRAS no atendimento a UBS. Em Grajaú-MA, tem um grande fator central de exclusão, desde a chegada a recepção ao atendimento médico, gerando, assim, uma limitação na autonomia e privacidade entre paciente surdos e profissionais da saúde. Com essa falta de profissionais versantes em LIBRAS, os pacientes surdos recorrem aos familiares, podendo levar situação de constrangimento ao paciente surdo, pois tira o direito de sigilo médico.

Ressalta-se que do ponto de vista do poder público municipal, não há uma ação de planejamento voltado para atender esta área. Inclusive ações que prevejam a contratação de um intérprete de LIBRAS que poderia ser itinerante ente as UBS ou, como orientado por um entrevistado, baixar uma portaria que normatize e obrigue o uso do aplicativo ICOM; ajudando no processo de comunicação. Sem mais, esperamos que o presente trabalho possa ajudar na construção teórica e de planejamento público sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Thaís Magalhães. **O que dizem as pesquisas atuais sobre o Atendimento Educacional Especializado para surdos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/c2bccc10-059d-4fca-83c598e651ce6e06/content> Acesso em: 12 jan. 2026.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 20 de novembro de 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 de janeiro de 2026.
- BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm . Acesso em: 16 jan. 2026.
- FRANÇA, Raíssa. Quebrando o silêncio: mães surdas são assistidas por intérpretes de Libras durante o parto. **Eufemea**: plataforma informativa, Maceió, 19 fev. 2025. Disponível em: <https://www.eufemea.com/2025/02/quebrando-o-silencio-maessurdas-sao-assistidas-por-interpretres-de-libras-durante-o-parto/>. Acesso em: 16 jan. 2026.
- KARSTEN, Raphaela Marques Lopes; VIANNA, Nubia Garcia; SILVA, Eliete Maria. Comunicação do surdo com profissionais de saúde na busca da integralidade. **Saúde e Pesquisa**, v. 10, n. 2, p. 213–221, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/5892> Acesso em: 12 jan. 2026
- MONTEIRO, Eduardo Queiroz; VILELA, José Guilherme Santos; GLÓRIA FILHO, Ricardo Aguiar; FRANCHI, Eliane Patrícia Lino Pereira. Barriers de comunicação e acesso à saúde: desafios enfrentados por pacientes usuários de LIBRAS nos serviços de saúde (Communication and Healthcare Access Barriers: Challenges Faced by LIBRAS Users in Health Services). **Ciências da Saúde**, v. 29, ed. 146, 19 maio, 2025. DOI: 10.69849/revistaft/dt10202505190952. Disponível em: <https://doi.org/10.69849/revistaft/dt10202505190952>. Acesso em: 03 fev. 2026.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

REPRESENTAÇÃO e produção do espaço: duas conceituações analisadas por Henri Lefebvre. **Diaphonía**, Cascavel, v. 7, n. 2, 2016. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/diaphonia/article/view/17197> Acesso em: 3 fev. 2026.

SANTOS, Daniel Lucas de Oliveira et al. Desafios enfrentados para o atendimento de pacientes surdos: um estudo com docentes de **Medicina**. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 49, n. 1, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/server/api/core/bitstreams/6bbc24ec-5bed47c4-b5d7-1ac9ae2fa49f/>. Acesso em: 03 de fev. 2026.

MACHADO, Luciyenne Matos da Costa Vieira; RODRIGUES, José Raimundo; CARVALHO, Daniel Junqueira. Reflexões sobre educação de surdos em nossa contemporaneidade: a Libras como língua da escola. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 24, n. 4, p. 742–760, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v24i4.8669320>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8669320>. Acesso em: 12 jan. 2026

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS PACIENTES (SURDOS)

Este instrumento faz parte da pesquisa “A NECESSIDADE DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE DE GRAJAÚ – MA” do Curso de Ciências Humanas / Geografia, da Universidade Federal do Maranhão, que tem como objetivo analisar a necessidade da presença de intérpretes de Libras no espaço geográfico das Unidades Básicas de Saúde do município de Grajaú – MA, considerando os impactos dessa ausência e carência no acesso à saúde da população surda, a partir de coleta de dados em algumas UBS do referido município. Nesse sentido, solicitamos que dedique alguns minutos para respondê-lo, especialmente, nas questões que exigem explicações e justificativas, pois são essenciais para a compreensão das respostas. Os dados serão tratados com a impessoalidade devida, bem como serão utilizados apenas para os fins dessa investigação.

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1. Nome: _____
2. Gênero : () Feminino () Masculino () Outro
3. Faixa etária: () abaixo de 18 anos () 18 a 35 anos () acima de 35 anos
4. Escolaridade: Ensino Fundamental () Ensino médio () Ensino superior ()
5. Profissão / ocupação: _____
6. Filhos: () Não () Sim. Se sim, quantos? _____ 7. Casado(a): () Não () Sim

QUESTÕES ESPECÍFICAS

1. Na UBS que você frequenta, tem profissional de intérprete de libras?
() Sim () Não
 2. Você sente ou já sentiu alguma dificuldade no atendimento ao chegar na UBS? Se sim, qual?
() Sim () Não
-

3. Sente ou já sentiu alguma dificuldade de comunicação entre você (surdo) com o profissional que te atende? Se sim, qual? () Sim () Não

Não

4. Como você é atendido na recepção do postinho de saúde?

—

5. O que você acredita que poderia ser feito para melhorar o atendimento a pacientes surdos nas UBSs? _____

6. Você acredita que se o município ofertasse cursos de libras para os profissionais de saúde (enfermeiros, médicos, recepcionistas, etc.) isso melhoraria a comunicação no atendimento dos pacientes surdos? Justifique. () Sim () Não

7. Você acredita que promover profissionais de intérpretes de libras capacitados para as Unidades Básicas De Saúde é importante? Justifique. () Sim () Não

—

APÊNDICE B QUESTIONÁRIO PARA A DIREÇÃO

Este instrumento faz parte da pesquisa “A NECESSIDADE DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE DE GRAJAÚ – MA” do Curso de Ciências Humanas / Geografia, da Universidade Federal do Maranhão, que tem como objetivo analisar a necessidade da presença de intérpretes de Libras no espaço geográfico das Unidades Básicas de Saúde do município de Grajaú – MA, considerando os impactos dessa ausência e carência no acesso à saúde da população surda, a partir de coleta de dados em algumas UBS do referido município. Nesse sentido, solicitamos que dedique alguns minutos para respondê-lo, especialmente, nas questões que exigem explicações e justificativas, pois são imprescindíveis para a compreensão das respostas. Os dados serão tratados com a impessoalidade devida, bem como serão utilizados apenas para os fins dessa investigação.

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1. Nome: _____
2. Gênero : () Feminino () Masculino () Outro
3. Faixa etária: () abaixo de 18 anos () 18 a 35 anos () acima de 35 anos
4. Escolaridade: Ensino Fundamental () Ensino médio () Ensino superior ()
5. Profissão / ocupação: _____
6. Função: _____

QUESTÕES ESPECÍFICAS

1. A Unidade Básica de Saúde que você atua já recebeu atendimento a pacientes surdos que utilizam Libras como principal forma de comunicação?
 Sim
 Não

2. Atualmente, sua UBS conta com intérprete de Libras para atender usuários surdos?
 Sim
 Não
3. A ausência de intérprete de Libras já gerou dificuldades no atendimento a pacientes surdos nesta UBS? Se sim, quais?(Sim(Não

-

4. Existe alguma política ou ação formal na sua UBS para garantir acessibilidade linguística à população surda? Se sim, qual?

() Sim

() Não

5. Na sua opinião, a presença fixa de um intérprete de Libras nesta UBS facilitaria o acesso da população surda aos serviços de saúde? Justifique.

() Sim

() Não

6 Sobre este tema, o que você sugere que seja feito para melhorar o atendimento

APÊNDICE C QUESTIONÁRIO PARA O SECRETÁRIO

Este instrumento faz parte da pesquisa “A NECESSIDADE DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE DE GRAJAÚ – MA” do Curso de Ciências Humanas / Geografia, da Universidade Federal do Maranhão, que tem como objetivo analisar a necessidade da presença de intérpretes de Libras no espaço geográfico das Unidades Básicas de Saúde do município de Grajaú – MA, considerando os impactos dessa ausência e carência no acesso à saúde da população surda, a partir de coleta de dados em algumas UBS do referido município. Nesse sentido, solicitamos que dedique alguns minutos para respondê-lo, especialmente, nas questões que exigem explicações e justificativas, pois são imprescindíveis para a compreensão das respostas. Os dados serão tratados com a impessoalidade devida, bem como serão utilizados apenas para os fins dessa investigação.

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1. Nome: _____
2. Gênero : () Feminino () Masculino () Outro
3. Faixa etária: () abaixo de 18 anos () 18 a 35 anos () acima de 35 anos
4. Escolaridade: Ensino Fundamental () Ensino médio () Ensino superior ()
5. Profissão: _____
6. Função atual: _____

QUESTÕES ESPECÍFICAS

1. Atualmente, as Unidades Básicas de Saúde do município de Grajaú – MA contam com intérpretes de Libras disponíveis para atendimento à população surda? () Sim () Não
2. Existe algum planejamento ou projeto da Secretaria Municipal de Saúde para disponibilizar intérpretes de Libras nas UBS do município? Se sim, qual(is)? () Sim () Não

-

3. A ausência de intérpretes de Libras nas UBS já foi identificada como um problema pela Secretaria Municipal de Saúde? Justifique. () Sim () Não

4 Quantos profissionais de libras estão contratados na prefeitura, saberia dizer?

4. Há registro de dificuldades de comunicação entre profissionais de saúde e pacientes surdos nas UBS de Grajaú – MA? Justifique. () Sim () Não

4. O senhor(a) considera que a presença de intérpretes de Libras nas UBS melhoraria o acesso e a qualidade do atendimento à população surda? Justifique. () Sim () Não

APÊNDICE D TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar da pesquisa de campo referente ao estudo intitulado como **“A NECESSIDADE DE INTÉRPRETES DE LIBRAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE DE GRAJAÚ – MA”**. Orientado pelo professor Robinson (robinson.pinheiro@ufma.br), telefone (53) 99172-2588) e desenvolvido pelas acadêmicas Kairane Moraes da Silva (moraiskairane@gmail.com) e Maria da Conceição dos Santos Lima (maryh.maryagatha98@gmail.com) da **Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus Grajaú** a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário por meio dos telefones **(99) 991014956 - (99) 991628818** ou e-mails descritos.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário escrito a ser realizado a partir da assinatura desta autorização. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Grajaú ____ de _____ de 2025

Entrevistado

Entrevistador

Orientador